Estudos de Área, Zomia e Sudeste Asiático

Uma introdução às geografias do saber

Area Studies, Zomia and Southeast Asia: an introduction to the geographies of knowing

Area Studies, Zomia et Asie du Sud-Est: une introduction aux géographies du savoir

Estudios de Área, Zomia y Sudeste Asiático: una introducción a las geografías del saber

Daniel De Lucca

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/8450>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.8450

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrônica

Daniel De Lucca, «Estudos de Área, Zomia e Sudeste Asiático», *Terra Brasilis* [Online], 15 | 2021, posto online no dia 31 julho 2021, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/8450> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.8450>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 dezembro 2022.

All rights reserved

Estudos de Área, Zomia e Sudeste Asiático

Uma introdução às geografias do saber

Area Studies, Zomia and Southeast Asia: an introduction to the geographies of knowing

Area Studies, Zomia et Asie du Sud-Est: une introduction aux géographies du savoir

Estudios de Área, Zomia y Sudeste Asiático: una introducción a las geografías del saber

Daniel De Lucca

Introdução

- 1 Publicado em 2002, o artigo aqui traduzido, *Geografias do Saber, Geografias da Ignorância: saltando escalas no Sudeste Asiático*, produziu debates originais no campo dos *area studies*, em especial nos estudos asiáticos. O texto foi lançado nas páginas da *Environment and Planning D: Society and Space*, um periódico acadêmico internacional, interdisciplinar e de forte acento geográfico, especializado em trabalhos que, segundo o site, “examinam as lutas sociais pelo acesso e controle do espaço, lugar, território, região e recursos”. Escrito por Willem van Schendel, cientista social holandês, professor e pesquisador da Universidade de Amsterdam, o texto oferece uma análise macroscópica, original e instigante, desafiando a formação e os pressupostos dos estudos de área e também dos estudos asiáticos: o primeiro, uma tradição universitária anglo-americana com pouca penetração na academia brasileira; e o segundo, um campo de especialização regional que apenas mais recentemente passou a ganhar maior espaço nos cursos de ciências sociais e humanas e nos programas de pesquisa latino-americanos, mas que ainda recebe pouquíssima atenção nas revistas e nos departamentos brasileiros de geografia. O artigo aqui traduzido dá particular atenção ao Sudeste Asiático como uma área de estudo, considerando sua construção, seus limites e suas escalas. Mas qual poderia ser o

interesse do público brasileiro numa região geograficamente tão distante e distinta? Quais debates acadêmicos foram suscitados a partir do artigo de van Schendel? E, afinal, o que são os *area studies* e qual sua relação com a geografia? Nesta introdução busco responder estas três questões.

Estudos de Área e Geografia

- 2 Difundidos nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, os *area studies* foram considerados estratégicos na geopolítica da Guerra Fria. Financiadas pelo Departamento de Defesa, as pesquisas produzidas pelos estudos de área eram, com frequência, entendidas como um “conhecimento útil” a serviço do Estado, de modo que toda “área” possuía certos tópicos de estudo que podiam ser considerados estratégicos e de maior relevância ao “interesse nacional” norte-americano. A institucionalização dos estudos de área, nos EUA, iniciou no período pré-guerra (Wheeler, 1986),¹ mas foi no pós-guerra que ganhou fôlego, com a abertura de centros de pesquisa e pós-graduação em diversas universidades, recebendo financiamento contínuo e atraindo o grande interesse do Pentágono no emprego de especialistas. Em 1958, o Ato de Educação e Defesa Nacional (*National Defence Education Act*) autorizou a criação de centros de estudos de área nas universidades dos EUA por mais de 20 anos. Segundo Immanuel Wallerstein (1997), este foi o marco inicial para a internacionalização dos *area studies*, com sua difusão em faculdades estrangeiras, programas de treinamento e bibliotecas, muitas das quais ainda hoje vigentes.
- 3 Com o tempo, os estudos de área foram exportados e incorporados em várias universidades anglófonas e de países aliados aos EUA: Reino Unido, Holanda e outras nações da Europa Ocidental, também Canadá, Austrália e Nova Zelândia, além de Japão e Singapura. Por vezes, os estudos de área ofereciam uma justificativa renovada para programas, departamentos e instituições de pesquisa que haviam servido anteriormente às administrações coloniais européias e que agora encontravam-se deslocados devido à emergência do Terceiro Mundo (Sidaway *et al.*, 2016). Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, as lutas anticoloniais e de libertação eram um tema importante tanto para as potências europeias, que testemunhavam o desmonte de seus impérios ultramarinos, quanto para os EUA que, em confronto com a URSS, disputava poder e influência nos territórios cujas estruturas coloniais ruíam.
- 4 Assim, a difusão dos *area studies* esteve diretamente relacionada aos próprios desafios da política externa norte-americana, que identificou nesta nova formação universitária uma infraestrutura de conhecimento crucial, oferecendo outros modos de conceber, organizar e intervir no espaço das relações internacionais, principalmente no campo do conhecimento aplicado sobre o mundo não-ocidental (Barnes e Child, 2019). Pensado como um terreno fértil para pesquisas interdisciplinares, comparativas e altamente contextualizadas, os debates acadêmicos sobre o estatuto dos estudos de área foi conduzido, na maioria das vezes, por cientistas políticos, analistas internacionais, antropólogos, historiadores e linguistas, mas raramente por geógrafos.²
- 5 É verdade que houve algumas exceções e que a geografia britânica estabeleceu melhores intercâmbios com os estudos de área que a geografia norte-americana (Sidaway *et al.*, 2016). Nos EUA, a geografia acadêmica foi fundamental no esforço de guerra e na criação de programas de pesquisa no pós-guerra, contudo isso ocorria justamente num período em que a disciplina era marginalizada no ensino superior

daquele país (Ashutosh, 2017). De modo geral, entre os anos de 1940 e 1950, poucos geógrafos se envolveram com os estudos de área, mas as geografias subjacentes a estes estudos baseavam-se em uma divisão do mundo em grandes unidades regionais multinacionais que se excluía mutuamente: estudos soviéticos, estudos do Oriente Médio, estudos do Sudeste Asiático, da Ásia do Sul e do Leste, estudos Africanos e estudos Latino-Americanos, também estudos da Europa Oriental e, apenas mais tarde, Austrália e Europa Ocidental. De fora ficou o próprio Estados Unidos, que nunca foi entendido como uma área especializada neste campo, mas sempre foi o principal centro patrocinador e financiador de pesquisas nos estudos da área.

- 6 A institucionalização dos estudos de área estabeleceu assim uma nova geografia sem geógrafos. Variadas razões parecem ter levado a pouca participação dos geógrafos na elaboração dos estudos de área durante a Guerra Fria (Barnes e Child, 2019). Vale lembrar, no entanto, que no pós-Segunda Guerra, as pesquisas sobre o estrangeiro e os assuntos internacionais, principalmente aqueles de grande interesse público e político, transformaram-se numa espécie de “campo minado” para muitos geógrafos. A *geopolitik*, associada à “tradição alemã” e aos trabalhos do general-geógrafo Karl Haushofer, deixou um legado negativo do qual muitos pesquisadores buscavam se afastar. Importantes geógrafos dos EUA, que se envolveram no esforço da Segunda Guerra, como Isaiah Bowman (1942) e Richard Hartshorne, faziam questão de opor categoricamente “geografia política” de “geopolítica”, apostando no caráter científico da primeira e colocando em xeque o da segunda, pois associada à guerra, ao interesse expansionista e à agressão nazista.
- 7 Em 1952, a UNESCO publicou um Boletim Internacional de Ciências Sociais voltado especificamente aos estudos de área. Ali o historiador das relações internacionais, Jean-Baptiste Duroselle (1952), levantou críticas metodológicas aos *area studies*, considerando este campo de estudos menos uma contribuição para as ciências sociais do que para os objetivos da política externa de determinadas nações. Esta crítica, que aponta para um problema de *bias* desde a origem dos *area studies*, também foi destacada no artigo do cientista político exilado nos EUA, Hans Morgenthau (1952). Por sua vez, Jean Gottmann, geógrafo francês que havia sido convidado por Isaiah Bowman para lecionar na John Hopkins, defende, em sua intervenção, o pioneirismo da “antropo-geografia” que teria preparado o terreno para os *area studies*, principalmente devido às contribuições da tradição da geografia regional francesa, que “desenvolveu um método de estudo de campo e redação de monografias, produziu um grande número de livros em várias regiões examinadas em diferentes escalas e investigou os princípios gerais que governam as relações entre fenômenos de diferentes tipos observados na mesma região.” (Gottmann, 1952: 656). O único geógrafo a colaborar na publicação especial da UNESCO, não apresentou críticas aos estudos de área tampouco tensões com o campo da geografia, mas fez questão de reivindicar o lugar privilegiado de sua disciplina como precursora desta nova formação universitária anglófona. Entretanto, este lugar reivindicado nunca foi reconhecido e a geografia era vista por muitos “campeões dos estudos de área” como insuficientemente rigorosa para desempenhar algo mais do que um papel de apoio (Sidaway, 2013a).
- 8 Pode-se afirmar que a longa tradição da geografia regional, com frequência mais voltada para regiões subnacionais e paisagens interiores ao território do Estado, ficou de fora do debate anglófono, mais interdisciplinar e internacionalizado, dos *area studies*. E a mudança do conceito de “região” para a “área” - já operada na geografia sistemática

de Richard Hartshorne (Wheeler, 1986) - também colaborou para a adoção de uma visão mais simplista do espaço global, menos atenta à dinâmica das relações socioculturais, econômicas e ambientais que envolvem a complexidade da superfície terrestre (Ashutosh, 2017). Assim, as possíveis contribuições dos geógrafos a respeito da “região” e da “regionalização” foram questões em grande parte abandonadas, em proveito da definição, do mapeamento e do estudo de macroáreas mundiais que possuísem alguma coerência política, cultural, histórica e linguística nos agrupamentos territoriais dos países de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo. Não por acaso, atentos aos caminhos abertos pelas políticas de descolonização e pelos novos projetos de cooperação técnica internacional, que passaram a reconduzir as relações entre ex-metrópoles e ex-colônias, alguns centros de *area studies* se aliaram aos estudos do desenvolvimento e, por meio deste, às teorias da modernização que orientavam as agendas de pesquisa a época.

- 9 Os estudos de área parecem ter alcançado o seu pico na década de 1970, mas com o fim da Guerra Fria enfrentaram novos desafios. O permanente problema da coerência, da delimitação e da natureza das áreas, foi mais uma vez recolocado devido ao reordenamento dos blocos político-econômicos do fim do século. Com o desmantelamento da União Soviética algumas áreas ganharam mais autonomia e nova relevância, como Ásia Central, e outras perderam o antigo significado e coerência, como a Europa Oriental. Também os pressupostos das áreas estudadas tiveram de ser reformulados devido a intensificação dos fluxos transnacionais de capitais e mercadorias, de diásporas e migrações (Appadurai, 2000), associados sobretudo à aceleração da globalização neoliberal do fim de século e ao fenômeno que David Harvey (2005) chamou de “compressão espaço-tempo”. Por outro lado, a visão de mundo anglo-americana e o envolvimento direto dos *area studies* nos projetos de poder das potências ocidentais também foram vistos com mais desconfiança na academia, alimentando debates epistemológicos sobre os pressupostos geopolíticos e as funções de enquadramento estratégico das bolsas de estudo então disponibilizadas. Mas com o fim da URSS, estas bolsas diminuíram e o número de estudantes não-brancos aumentou nas universidades norte-americanas. A formação de pesquisadores de área nativos da área, gradativamente começou a alterar o lugar de acadêmicos de fora, quase sempre ocidentais.
- 10 Neste clima de mutação intelectual e política, novas abordagens construcionistas e pós-coloniais, atentas às conexões históricas entre espaço, poder e saber, passaram a encarar os estudos de área com maior criticidade, destacando como as “geografias imaginárias” dos povos e das regiões não-ocidentais foram estabelecidas racial e territorialmente como parte do empreendimento civilizatório do “fardo do homem branco”. Importantes trabalhos influenciaram este tipo de análise, como a obra capital de Edward Said (2007), que destaca o *Oriente como invenção do Ocidente*, e o estudo de Valentim Mudimbe (2013), sobre *A invenção da África*. Sobre este último, Paulin Houtondji (2010) destacou a diferença entre o “conhecimento de África” e o “conhecimento africano” chamando a atenção para a assimetria dos espaços de enunciação no campo dos estudos africanos. Por sua vez, Walter Mignolo (2007), em *A ideia de América Latina*, ao questionar as concepções de autoidentidade, segregação e excepcionalismo do ocidente, e chegou a argumentar que os estudos de área integram uma “geopolítica do conhecimento”, na medida em que reproduzem uma longa tradição da colonialidade do saber e reforçam a desigual divisão internacional do trabalho intelectual. Em verdade as perspectivas abertas por estes e outros trabalhos,

permitiram a consolidação da crítica acadêmica ao imperativo eurocêntrico presente na classificação e divisão mundial entre as diferentes áreas de estudo, especialmente nos antigos territórios coloniais, impactando não só os *area studies*, mas também importantes ramos da geografia - como a geografia histórica, política, do desenvolvimento e do Terceiro Mundo - que vigoravam na academia anglófona em fins do século XX (Bell, 1995; Sidaway, 2013a).

Mapeando Zomia

- 11 O artigo de Willem van Schendel, aqui traduzido, acompanha este espírito crítico de exame e reavaliação dos estudos de área no início do milênio. O autor, ele mesmo um pesquisador associado aos *area studies*, por meio dos estudos asiáticos, reconhece semelhanças importantes entre a divisão do mundo em áreas no pós-Segunda Guerra Mundial e a corrida colonial pela África que acontecera duas gerações antes: o ímpeto era político e externo às áreas repartidas, as linhas traçadas seguiam fronteiras imperiais e tendiam a criar impérios conceituais autônomos. Da forma como os estudos de área são apresentados formalmente, uma área começa exatamente onde a outra termina, no entanto, van Schendel argumenta que a lógica de sua organização se assemelha muito mais ao arranjo de *mandalas*, um conceito indo-tibetano composto por um núcleo (*manda*) e um invólucro (*la*), mobilizado por estudiosos do Sudeste Asiático para caracterizar as entidades políticas pré-coloniais da região (Tambiah, 2018). Neste processo o autor explora

como as áreas são imaginadas e como o conhecimento de área é estruturado para construir ‘heartlands’ e ‘borderlands’. Isto é ilustrado considerando-se uma grande região da Ásia (aqui denominada Zomia) que não se tornou uma área mundial na repartição das áreas após a Segunda Guerra Mundial, porque carecia de fortes centros de formação estatal, era politicamente ambígua e não impôs suficiente influência acadêmica. Como Zomia foi esquartejada e tornada periférica pelo surgimento de sólidas comunidades de especialistas de áreas do Leste, Sudeste, Sul e Centro Asiático, a produção de conhecimento sobre ela diminuiu. (Resumo)

- 12 O conceito de *heartland*, forjado primeiramente por Halford Mackinder para designar uma “área-pivô” na geografia do poder mundial, tem aqui seu sentido original deslocado com a intenção de focalizar um espaço chave na geografia do saber sobre as áreas mundiais. Como cada área possui uma zona central (*heartland*) com suas próprias fronteiras (*bordelands*), van Schendel demonstra que estes estudos também produzem uma “geografia da ignorância”, mantendo territórios e populações, temáticas e certas abordagens nas sombras do conhecimento de cada área. Como forma de ilustrar este processo de “construção da ignorância” o autor apresenta Zomia, uma região periférica, transnacional e transversal à quatro subdivisões de área que organizam os estudos asiáticos: Ásia Central (interior), do Sul, Sudeste e Leste. Ali, van Schendel localizou quatro cidades próximas que, nos limites de suas respectivas áreas de estudo, encontram-se apenas alguns quilômetros de distância uma da outra. Estas cidades, argumenta o autor, teriam mais relações entre si do que com os centros culturais, econômicos e políticos de suas respectivas áreas. Estendendo-se da cordilheira do Himalaia, passando pelo planalto tibetano, até as terras altas do Sudeste Asiático, Zomia é apresentada por van Schendel como uma entidade política, histórica e geográfica, caracterizada por uma geomorfologia extremamente complexa e um população montanhosa esparsa, dotada de uma gigantesca diversidade étnica, linguística e

religiosa, historicamente marginalizada e situada nas fronteiras de poderosos Estados vizinhos que se esforçam por mantê-la sob domínio e controle político (Figura 1).

Figura 1 A partição intelectual de Zomia indicando quatro cidades próximas designadas a diferentes especialidades de área

Sidaway (2013a)

- 13 Ainda que o artigo de van Schendel suscite questionamentos interessantíssimos a respeito dos pressupostos epistemológicos, políticos e macroterritoriais presentes nos estudos de área, ele ficou mais famoso sobretudo devido ao debate aberto em torno do conceito de Zomia. Van Schendel explicou que a palavra Zomia é “derivada de *zomi*, um termo para montanhês em uma série de línguas Chin-Mizo-Kuki faladas em Burma, Índia e Bangladesh” (nota 13). Essas línguas vernáculas são praticadas numa pequena região onde se cruzam as fronteiras destes três países, o que torna o neologismo constrangedoramente localizado e circunscrito em sua aplicação linguística, enquanto sua escala geográfica talvez exigisse uma etiqueta que dialogasse com uma paisagem linguística mais ampla, sobretudo se pretende abranger um espaço asiático tão vasto como aquele proposto pela ideia de Zomia (Michaud, 2010).
- 14 As pesquisas de campo de van Schendel localizam-se no extremo leste da Índia, nos pequenos e isolados estados que fazem fronteira com Birmânia e Bangladesh e estendem suas conexões ao Butão e à China. Suas investigações focalizam os entrelaçamentos entre as histórias locais e globais, as zonas de fronteira e os fluxos migratórios, o crime transnacional e a política das populações autóctones em sua luta pela terra (van Schendel; Abraham, 2005; van Schendel, 1997; van Schendel, 1991; van Schendel, 2004). A questão do multilinguismo e das políticas da linguagem parece ser um tema sensível ao autor, que tem se esforçado para estabelecer intercâmbios com pesquisadores da região. O artigo agora publicado na *Terra Brasilis* já foi traduzido para

o chinês e o novo livro de van Schendel, sobre a história de Bangladesh, encontra-se em processo de tradução para a língua bengali. Estas e outras informações foram dadas pelo próprio autor, quando entrei em contato pedindo sua autorização para a publicação da tradução em português. Perguntado sobre a recepção do artigo, contou que

a ideia de 'Zomia' viralizou, especialmente depois que James C. Scott a usou em seu livro de 2009. Mas, mesmo antes disso, recebi uma enorme quantidade de feedbacks de jovens acadêmicos pesquisadores da região que se sentiram fortalecidos e encorajados. Foi realmente libertador para eles serem capazes de pensar que não eram mais "periféricos". Então, esse foi um resultado maravilhoso. (email pessoal, 15/12/2020)

- 15 James Scott, em um provocativo livro chamado *The art of not being governed: an anarchist history of upland Southeast Asia* (Scott, 2009), projetou ainda mais o conceito de van Schendel no campo dos estudos asiáticos e avançou com robustas hipóteses de pesquisas sobre a região. Nesta obra, o cientista político norte-americano especializado no mundo rural e agrário do Sudeste Asiático, com publicações de referência sobre as formas de controle político e a economia moral dos camponeses da Malásia, do Mianmar e do Vietnã, adotou um ponto de vista panorâmico para reavaliar a longa história política da região, na qual, durante quase dois mil anos, as terras altas foram mobilizadas pelas formações estatais das planícies como reserva de recursos naturais e humanos, bem como zonas-tampões de seus domínios territoriais. Para Scott, Zomia constitui a maior região do mundo onde a população - estimada em 100 milhões de habitantes - vive sem estar completamente incorporada em Estados-nações. As elevadas montanhas nas zonas de fronteira constituem importantes pontos de fuga onde os povos montanheses, tirando partido das condições do terreno, concebem formas específicas de organização social, subsistência e resistência para manter os Estados à distância.
- 16 Scott reconhece sua dívida com Pierre Clastres, antropólogo e anarquista francês que identificou nas populações indígenas da América do Sul, especificamente entre os Guaiaki, Guarani e Yanomani, uma estrutura social que impede a concentração de riqueza e conjura o aparecimento de sistemas hierárquicos e posições de comando, configurando assim uma "sociedade contra o Estado". Neste sentido, Scott dá especial destaque à agência, à política e à luta por autonomia dos habitantes das terras altas, povos que
são mais bem compreendidos como comunidades em fuga, fugitivas e quilombolas que, ao longo de dois milênios, têm escapado da opressão dos projetos de construção do Estado nos vales - escravização, recrutamento, impostos, trabalho de corvêa, epidemias e guerra. A maioria das áreas em que eles residem podem ser apropriadamente chamadas de zonas de fragmentação ou zonas de refúgio. (Scott, 2009: ix)
- 17 No entanto, uma leitura mais cuidadosa do livro de Scott nos coloca uma interrogação, sobretudo considerando seus trabalhos anteriores sobre as formas de "resistência cotidiana" (Scott, 1990) e as "armas dos fracos" (Scott, 1985): seriam as terras altas realmente um refúgio para as populações subalternas ou seriam as montanhas fontes especiais de poder?

Figura 2. Mapa de Zomia

Scott (2009: 17)

- 18 Em todo caso, a representação cartográfica de Zomia, tal como aparece no livro de Scott, não é exatamente a mesma de van Schendel (Figuras 2 e 3). Em verdade, ambos autores permaneceram um tanto imprecisos na definição geográfica, linguística e cultural de Zomia, estando mais atentos à amplos critérios políticos que à precisão de suas fronteiras. O próprio James Scott lembrou que o espaço por ele designado como Zomia, “geograficamente, também é conhecido como maciço continental do Sudeste Asiático” (Scott, 2009: ix). Por outro lado, Willem van Schendel, em 2007, após discussões com estudiosos do Himalaia ocidental que reagiram à sua proposta no artigo de 2002, optou provisoriamente por estender Zomia ainda mais para o oeste e para o norte, incluindo espaços da China e uma parte da Ásia Central (Michaud, 2010). O fato dos limites geográficos de Zomia permanecerem como uma questão em aberto revela como este novo conceito regional - cunhado por Willem van Schendel para destacar a vida intersticial que habita nas margens e sombras dos estudos de área - também produz sua própria “geografia da ignorância”.

Figura 3. Zomia original de van Schendel (2002) e sua extensão ao norte e oeste (2007)

Michaud (2010: 188)

- 19 Este e outros temas relativos à definição, a natureza e abrangência geográfica de Zomia também foram discutidos num volume especial do *Journal of Global History*, do qual participaram antropólogos, geógrafos, politólogos e historiadores que pesquisam na região. O editorial do dossiê, escrito por Jean Michaud - um estudioso dos processos de modernização entre as minorias e grupos étnicos das terras altas situadas no Sudeste Asiático e no Sudoeste da China - lembrava então que o surgimento do conceito de Zomia podia ser situado numa história mais longa de regionalizações, como aquela que definiu a região do “Hindu Kush-Himalaia”, nos anos 1980, buscando instalar infraestruturas e redes técnicas que tornassem aquela paisagem montanhosa mais permeáveis aos projetos de desenvolvimento dos Estados. O pesquisador também lembrou que a abrangência de Zomia pode se confundir com a noção orientalista de “Alta Ásia” (*Haute-Asie*), amplamente utilizada nos círculos de estudos franceses sobre o Himalaia, desde os tempos coloniais.
- 20 Interessante notar que a delimitação cartográfica de Zomia oferecida por Scott foi identificada pelo próprio autor com o “Maciço do Sudeste Asiático”, um enquadramento regional considerado mais operacional por muitos pesquisadores. Diferentemente da primeira noção de Zomia apresentada por van Schendel, o Maciço do Sudeste Asiático exclui o Tibete - um dos poucos domínios do Maciço do Himalaia com uma longa e forte tradição de hierarquia religiosa e de centralização do poder estatal - de modo que a interpretação mais geral de Scott, a respeito do mosaico de populações dispersas, resistentes e marginais aos Estados da região, pode ser aplicada mais adequadamente ao Maciço do Sudeste Asiático (Figura 4).

Figura 4. Maciço do Sudeste Asiático e Maciço do Himalaia.

Michaud (2010: 205)

- 21 Ora, noções como Zomia, região do Hindu Kush-Himalaia, *Haute-Asie* e Maciço do Sudeste Asiático, são poderosas construções e abstrações espaciais que expressam, não apenas realidades distintas, mas também diferentes “lugares de fala”, diferentes formas de nomear e imaginar uma macrorregião que provavelmente não faz nenhum sentido para seus próprios habitantes. Estes, com suas línguas vernáculas, possuem palavras próprias, e todo um diversificado vocabulário toponímico, para dizer e designar seu próprio habitat local. Mas se, de fato, a escala destas regiões não faz sentido para os montanheses que ali vivem, qual a contribuição de Zomia?
- 22 Um dos aspectos mais notáveis da noção de Zomia é que ela convida pesquisadores a prestar mais atenção à ecossistemas complexos e sociedades plurais situadas nas periferias e nos limites das tradicionais áreas de especialização, espaços que normalmente são negligenciados como marginais e minoritários, exóticos ou mesmo atrasados. Seguindo os escritos seminais de Fernand Braudel, que abordaram o Mar Mediterrâneo como um espaço transfronteiriço cuja coerência e coesão provém de suas relações com o meio ambiente e os ciclos ecológicos, as trocas econômicas e religiosas, os conflitos e as pressões mútuas, as investigações sobre Zomia têm revelado os elos geohistóricos de uma região com estruturas de longa duração, mas que têm se transformado rapidamente, com a abertura gradual das fronteiras ao comércio e ao turismo, à migração massiva e à instalação de infraestruturas de transporte e comunicação. Podendo ser associada popularmente à antiga “rota da seda”, a elevadíssima paisagem de Zomia tem sido profundamente alterada³, visto que a região integra, hoje, a *Belt and Road Initiative*, principal estratégia geopolítica e geoeconômica do Estado chinês, em seu esforço centrífugo e centrípeto global, para retomar sua posição como “império do meio”.

Sudeste Asiático e América do Sul

- 23 Ao fim de seu artigo, van Schendel mobiliza o conceito de escala geográfica para desnaturalizar as usuais divisões geopolíticas estabelecidas pelos estudos de área na Guerra Fria. Em diálogo com a literatura produzida pela geografia radical anglo-americana, o autor destaca a importância de “saltar escalas” como forma de deslocar perspectivas e iluminar fluxos e conexões que atravessam fronteiras estatais e regionais, podendo cruzar e aproximar diferentes áreas de estudo. Propõe então uma “política externa acadêmica”, sugerindo que os especialistas de área desenvolvam investigações sobre cruzamentos e conexões “transárea”. Em outro contexto o autor chegou a desenvolver melhor esta proposta, destacando caminhos possíveis para conversas comparativas entre o Sudeste Asiático e outras regiões do Sul Global.

Uma forma prática de fortalecer o envolvimento intelectual em todas as áreas é ‘seguir os asiáticos do sudeste’ para o não-ocidente. Digamos que as conferências sobre o Vietnã incluíssem um painel sobre África. A questão não seria simplesmente acrescentar novidades, ou estudar os vietnamitas na África, ou os africanos no Vietnã. Essas reuniões debateriam processos estruturais vividos tanto no Vietnã quanto nas sociedades em África. Contribuindo com um corpo de conhecimento além da sua área, um corpo interligado de estudos de área em todo o mundo que, em conjunto, explora conceitos analíticos entre regiões e é vigoroso o suficiente para teorizar. (van Schendel, 2012: 502)

- 24 Este esforço para uma abordagem “transárea”, comparativa e conectada, é uma perspectiva instigante para se pensar a respeito de regiões mundiais tão distantes como o Sudeste Asiático e América do Sul. Na própria história do pensamento geográfico poder-se-ia encontrar aproximações e leituras de contraponto entre estas duas regiões situadas nas antípodas do globo. Levanto, então, o caso de dois pesquisadores que estabeleceram notáveis conexões geográficas entre elas.
- 25 O primeiro é Alfred Wallace (1823-1913), que desenvolveu investigações de campo na Amazônia brasileira, mas, devido a um naufrágio em seu retorno à Londres, perdeu quase todas suas anotações, cartas e esboços feitos à mão. A memória do pesquisador e os poucos registros que sobreviveram renderam o livro *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro*, publicado originalmente em 1853. Posteriormente, Wallace se envolveria na sua maior expedição, numa paisagem também equatorial, cuja publicação de seu mais célebre relato, em 1869, *The Malay Archipelago*, lhe traria ainda mais reconhecimento internacional. Suas viagens e pesquisas na Amazônia e no Arquipélago Malaio (categoria geográfica que ganhou nova significação com Wallace, mas que já era utilizada antes pela administração colonial holandesa), permitiram-no identificar regularidades e padrões sobre a distribuição geográfica e geológica das espécies, projetando-o como um dos fundadores da “biogeografia” e um dos principais colaboradores de Charles Darwin na construção da teoria da “seleção natural”. As expedições de Alfred Wallace ocorreram num momento histórico de formação da geografia enquanto disciplina científica moderna e de afirmação do poder imperial britânico no mundo colonial.
- 26 Outro personagem de destaque é Pierre Gourou (1900-1999) que, formado na tradição geográfica de Vidal de La Blache, lecionou em Hanói e São Paulo, e desenvolveu estudos de caráter regional na então “Indochina Francesa” e no Brasil. Sua tese de doutorado, publicada como livro em 1936, voltou-se para *Les paysans du delta tonkinois*, focalizando o

gênero de vida e a paisagem de uma região situada no Vietnã setentrional, desaguadouro do Rio Vermelho, cuja nascente localiza-se nas terras altas ao norte da fronteira com a China. Gourou também desenvolveu pesquisas de terreno em outros espaços coloniais franceses, mas, em 1948, foi trabalhar no maior país da América do Sul, assumindo na Universidade de São Paulo a cadeira de geografia inaugurada por Pierre Monbeig. A partir daí interessou-se pela Amazônia, escrevendo textos que consideraram um suposto “vazio demográfico” na região, refletiram sobre uma história de sucessivas tentativas de povoamento nos vales e sobre a dinâmica da economia extrativista na floresta. Estas e outras pesquisas fizeram de Gourou uma referência fundamental na chamada “geografia tropical”, que pretendia substituir a antiga “geografia colonial” e que anunciava estudar as regiões tropicais em si mesmas, e não mais apenas sob a ótica do colonizador (Bomfim, 2017).

- 27 Diferentemente de Wallace, as viagens e investigações de Gourou se desdobraram no século XX, do entreguerras à Guerra Fria, sendo ele testemunha das guerras anticoloniais e do desmonte do ultramar francês, na Indochina e África, assim como partícipe da formação de uma nova subdisciplina voltada aos “trópicos”, atenta os problemas do “subdesenvolvimento”, sobretudo aqueles associados às condições de saúde, do solo e dos regimes hídricos.⁴ Se é verdade que Alfred Wallace deu pouca atenção à “ação antrópica” em sua biogeografia, por outro lado, Pierre Gourou, ao privilegiar o tempo lento e de longa duração, não considerou as rápidas transformações associadas à migração, urbanização e modernização periférica em curso no século XX. Os dois cientistas viveram períodos distintos e se interessaram pelas paisagens tropicais da América do Sul e do Sudeste Asiático. Em verdade, esta última categoria regional nem existia na época em que eles desenvolveram suas pesquisas de terreno, sendo que a zona insular, estudada por Wallace, e a continental, estudada por Gourou, eram normalmente pensadas como espaços separados. A própria criação do Sudeste Asiático como uma entidade geográfica moderna, compreendeu a unificação de um vasto espaço insular - o Arquipélago Malaio - que se estende até a Austrália, com uma vasta faixa continental - a Indochina - situada entre Índia e China. A integração deste conjunto de terras dispersas numa mesma categoria regional não foi estabelecida por fatores culturais, como os estudos de área parecem por vezes sugerir, mas principalmente devido à fatores estratégicos, ganhando destaque, primeiramente, com o estabelecimento, em 1943, do *Southeast Asia Command*, do almirante Lord Mountbatten.⁵
- 28 Seja como for, as pesquisas de Alfred Wallace e Pierre Gourou sugerem histórias alternativas da geografia - histórias por vezes silenciadas - que entrelaçam periferias mundiais, como Sudeste Asiático e América do Sul. Contudo, as relações estabelecidas por estes autores foram feitas a partir de um olhar exterior e eurocêntrico, curioso com o mundo tropical. E a própria formação dos estudos de área corroboram este esquema centrado no vértice Norte-Atlântico, fortalecendo a segregação e o isolamento inter-regional das periferias do Sul Global, dificultando conversações e diálogos mais profícuos entre as agendas intelectuais das regiões pós-coloniais. O próprio artigo de Willem van Schendel, aqui publicado, exemplifica esta triangulação, de modo que um pesquisador brasileiro pode acessar o conhecimento sobre o Sudeste Asiático por meio de um texto escrito, originalmente em inglês, por um cientista europeu.
- 29 No Brasil, o interesse sobre o Sudeste Asiático ganhou algum destaque apenas após a Segunda Guerra Mundial (Menezes, 1956), adquirindo mais atenção na década de 1990 devido à projeção econômica dos “novos tigres asiáticos” (Oliveira; Masiero, 2005).

Antes disso, a curiosidade brasileira utilizava sobretudo as lentes orientalistas fabricadas pelo ocidente.

- 30 Este interesse era confinado principalmente às elites aristocráticas e letrados amadores, tal como aparece no conto *O homem que sabia falar Javanês*. Ali, Lima Barreto (2006 [1911]) narra a história de um bacharel desempregado e ludibriador, chamado Castelo, que se vangloria de como se transformou num especialista em javanês no Brasil monárquico e escravista do fim do século XIX. Em resposta a um anúncio de jornal do Rio de Janeiro que buscava aulas de javanês, o protagonista resolve concorrer a vaga docente sem nada saber da língua, mentindo para seu aluno e para outros. O propagado conhecimento da língua lhe traz benefícios, a começar na pensão em que vivia. O dono, um português, ao descobrir que seu inquilino seria professor de uma língua que se fala “lá pelas bandas do Timor”, é tocado pelo orgulho lusitano e esquece da dívida. Incumbido de traduzir um velho livro escrito em javanês e convocado como intérprete pela polícia, sua fama cresce e é acolhida nos altos círculos da capital, entre nobres, desembargadores e ministro. Este último, consegue-lhe um emprego e o envia para um congresso de linguística na Europa. Após publicar notas em Berlim, Turim e Paris, o personagem torna-se “uma glória nacional”, recebendo banquetes e ovações, e termina despachado cônsul em Havana, onde continua a aperfeiçoar seus estudos da língua malaia. O conto é uma sátira à sociedade brasileira e aos valores bacharelescos de sua elite, na qual o “saber javanês” funciona como um poderoso ativo nas mãos de um alpinista social.
- 31 História muito diferente lê-se em *Triste fim do Policarpo Quaresma*, também publicada em jornal no mesmo ano. Ali, Lima Barreto (1997 [1911]) conta as peripécias de um anti-herói quixotesco e de bom coração, cujo ufanismo patriótico defende a adoção do tupi-guarani como língua oficial e o leva a redigir documentos de Estado no idioma ameríndio. Contudo, e diferentemente de Castelo, Policarpo não é agraciado e promovido, mas estigmatizado e rebaixado, vira motivo de chacota na imprensa e entre colegas, e é internado num manicômio. Na imaginação linguística e geográfica de Lima Barreto, o homem que sabia javanês e o homem que sabia tupi-guarani assumem lugares distintos. A ascensão do primeiro, um bacharel mentiroso, apoia-se no encanto orientalista e na erudição ornamental da língua malaia, valor prestigiado na sociabilidade cortesã e de fachada que imperava no Brasil aristocrático daqueles tempos. Já a queda do segundo, um estudioso sem titulação acadêmica, se deve justamente ao seu permanente tensionamento nativista e crítico com o poder instituído da Nova República que, ao fim do romance, o faz preso e condenado ao fuzilamento sob a acusação de traição.
- 32 Estes dois textos de Lima Barreto foram publicados no início do século XX, um pouco antes do Brasil deixar a dianteira na produção mundial de borracha. A perda da primazia brasileira na economia extrativista ocorre, sobretudo, devido ao furto de sementes seringueiras amazônicas que foram enviadas para a produção intensiva, e em grande escala, nos territórios coloniais ingleses da península malaia (Jackson, 2011). Também à época, as obras do Canal do Panamá estavam em curso e, em 1914, encurtariam um longo itinerário de navegação que, durante os séculos XVIII e XIX, havia colocado o Rio de Janeiro na rota dos “Mares do Sul”, incluindo aí as ilhas do mundo polinésio, melanésio e também malaio (Menezes, 2007). À época, Lima Barreto imaginou o javanês e o tupi-guarani como línguas capazes de provocar o estranhamento e o deslocamento dos leitores a respeito das contraditórias hierarquias

sociolinguísticas, seus lugares e posições de poder na sociedade brasileira. Hoje a língua ameríndia permanece desconsiderada nos espaços de ensino e produção de conhecimento no Estado brasileiro - algo que não ocorre no vizinho Paraguai, o primeiro país a oficializar uma língua originária no continente americano. Por sua vez, o javanês não é uma língua oficial na Indonésia, ainda que seja falada por grande parte da elite política da maior economia nacional do Sudeste Asiático. Java é atualmente a ilha mais populosa do mundo, com mais de 145 milhões de habitantes. Lá se localiza a cidade de Jacarta, capital do país, e também Bandung, cidade que, em 1955, acolheu a conferência pioneira nas práticas de cooperação Sul-Sul. Nessa ilha nasceu o líder da independência indonésia e também primeiro chefe de Estado asiático a visitar o Brasil, Sukarno, que se encontrou com Juscelino Kubitschek em 1959, buscando aliados no Terceiro Mundo seguindo o espírito de Bandung. Java também abriga a sede da ASEAN (*Association South East Asia Nations*), uma organização intergovernamental formada por dez países e que é considerada de sucesso no que se refere à integração regional e desenvolvimento econômico no Sul Global.

- 33 O Sudeste Asiático é um caldeirão de grandes tradições culturais, com uma enorme pluralidade linguística e religiosa - islã, budismo, cristianismo, hinduísmo e outras religiões locais -, foi palco histórico de diferentes impérios coloniais (holandês, inglês francês, português, espanhol e americano) e teve um país que nunca foi formalmente colonizado (Tailândia). Apresentando regimes políticos variados, alguns mais autoritários outros mais democráticos, com pelos menos dois governos socialistas (Laos e Vietnã), uma monarquia constitucional (Tailândia) e uma ditadura militar recém instituída por um golpe de Estado (Mianmar), o Sudeste Asiático é hoje uma das regiões mais dinâmicas da economia mundial, com excelentes perspectivas de crescimento, mas com grandes disparidades sociais e graves violações dos Direitos Humanos, assim como outras partes do Sul Global. Nos últimos anos os relacionamentos entre a América do Sul e o Sudeste Asiático têm gradativamente se intensificado, entre acordos bilaterais, multilaterais ou mesmo inter-regionais (Rubiolo, 2018). Como revelam os dados sobre importação e exportação dos anos de 2019 e 2020, é a primeira vez na história que o Brasil tem intercâmbio comercial significativo com o Sudeste Asiático (Watanabe, 2020). No entanto, o Sudeste Asiático permanece como uma região pouco conhecida do público brasileiro e sul-americano. E o contrário também é verdadeiro.⁶
- 34 O acirramento da confrontação entre China e EUA, intensificado na era Trump (2017-2020), impactou diretamente as periferias imediatas das duas potências. De modo que, hoje, o Sudeste Asiático e a América do Sul constituem regiões muito menos coesas e coerentes politicamente, também mais fragmentadas e fraturadas institucionalmente, do que eram no governo Obama (2009-2016). O desmonte da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), bem como os sucessivos fracassos da ASEAN em tomar uma posição unificada em relação à disputa no Mar do Sul da China, são apenas exemplos mais evidentes e dramáticos dos desafios contemporâneos envolvidos na integração de cada uma destas regiões periféricas frente à disputa das duas potências, uma asiática e outra americana.
- 35 Tais mudanças, como sabemos, envolvem transformações estruturais mais amplas, que nos últimos anos vem movimentando as placas tectônicas da ordem internacional e estão associadas ao deslocamento do centro do capitalismo global do Norte-Atlântico para a Ásia-Pacífico. Entretanto, as agendas de pesquisas científicas no Brasil não estão acompanhando estas mudanças na mesma velocidade. E a pandemia da Covid-19 parece

ter reforçado a maior centralidade asiática no mundo, sobretudo nas movimentações envolvendo aquilo que os meios de comunicação rotularam como “geopolítica das vacinas”. Neste cenário, China, Rússia e Índia têm se destacado como países-chave na cooperação internacional no campo da saúde e na exportação de imunizantes e insumos para o combate ao Coronavírus no Sul Global. Uma postura muito diferente daquela assumida pelos Estados Unidos e pela Europa.

- 36 Seja como for, o intercâmbio mútuo, cultural e acadêmico, praticado entre a América Latina e a Ásia é um caminho importante a ser investido. Esta troca coloca desafios concretos ao imperialismo intelectual ocidental, diversificando perspectivas e fomentando agendas de pesquisa colaborativas Sul-Sul, além de descentrar os próprios estudos asiáticos e a forte tradição anglófona que hoje ainda o circunscreve (Pinheiro, 2015, 2018). É necessário que o Brasil comece a reequilibrar sua posição nesta geopolítica do conhecimento, fazendo com que nossas universidades produzam conhecimento qualificado e especializado sobre esta região do mundo, e que formem profissionais capazes de interpretar os novos imperativos do capitalismo asiático, deixando o país mais preparado para o cenário eminente, de maior dependência econômica, em que a Ásia, e não apenas a China, será o destino da maioria das exportações brasileiras.

BIBLIOGRAFIA

Appadurai, Arjun. *Globalization and Area Studies: The Future of a false opposition*. Amsterdam: Centre for Asian Studies Amsterdam, 2000.

Ashutosh, Ishan. The Geography and Area Studies Interface from the Second World War to the Cold War. *The Geographical Review*, v. 107, n. 4, October 2017, p. 705-721.

Barnes, Trevor; Child, Elliott. American imperial expansion and area studies without geography. *Journal of Historical Geography*, v. 66, n. October 2019, p. 43-54.

Barreto, Lima. *Melhores Contos*. Seleção de Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Global, 2006.

Barreto, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1997 [1911].

Bell, Morag. “Imagens, mitos e Geografias alternativas do Terceiro Mundo”. In: Gregory, Derek (org.). *Geografia Humana: sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Bomfim, Paulo Roberto de Albuquerque. Pierre Gourou, civilização e trópicos. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 9, 2017.

Bowman, Isaiah. Geography vs. Geopolitics. *Geographical Review*, v. 32, n. 4, 1942, p. 646-658.

Duroselle, Jen-Baptiste. Area Studies: Problems of Method. *UNESCO - International Social Science Bulletin: Area Studies*, v IV, n. 4, 1952.

Feres Jr., João. A consolidação do Estudo Sócio-científico da América Latina: uma breve história cum Estudo Bibliográfico. *BIB*, n. 55, 2003, p. 41-58.

Gottmann, Jean. The Contribution of Anthro-Geography and Economic Survey to Area Studies. *UNESCO - International Social Science Bulletin: Area Studies*, v. IV, n. 4, 1952.

Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

Gregory, Derek. *Geographical Imaginations*. Cambridge, Wiley-Blackwell, 1994.

Hountondji, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: Santos, Boaventura S.; Meneses, Maria P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2010, p. 117-130.

Jackson, Joe. *O ladrão no fim do mundo: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Oliveira, Henrique Altemani; Masiero, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, 2005, p. 5-28.

Meneses, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o mundo Ásia-Africano*, Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

Menezes, Pedro da Cunha. *O Rio de Janeiro na rota dos Mares do Sul*, Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson, 2007.

Michaud, Jean. Editorial: Zomia and beyond. *Journal of Global History*, v. 5, n. 2, 2010, p. 187-214.

Mignolo, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007. 241 p.

Morgenthau, Hans. Area Studies and the Study of International Relations. *UNESCO - International Social Science Bulletin: Area Studies*, vol. IV, n. 4, 1952, p. 645-655.

Mudimbe, Valentim. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa/Mangualde/Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2013.

Pinheiro, Claudio Costa. Cartographies of Asia in Latin America. *The Newsletter* [Online], n. 72, 2015, p. 36-37.

Pinheiro, Claudio Costa. Para ler a Ásia no mundo de hoje: publicações globais sobre Ásia e políticas de circulação de conhecimento. *Afro-Ásia*, v. 57, 2018, p. 123-150.

Rubiolo, María Florencia. South America and Southeast Asia interregional relations: Beyond South-South Bilateralism. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, v. 19, 2018, p. 1-15.

Said, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

Scott Joan. *The Art of not being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia*. New Haven, CT: Yale University Press, 2009.

Scott Joan. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

Scott Joan. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1990.

Sidaway, James D. Geography, globalization, and the problematic of area studies". *Annals of the Association of American Geographers*, v. 103, n. 4, 2013a, p. 984-1002.

Sidaway, James D.; Elaine, LE Ho; Jonathan, Rigg; Chih, Yuan Woon. Area studies and geography: Trajectories and manifesto. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 34, n. 5, 2016, p. 777-790.

- Smith, Neil. Remaking area knowledge: Beyond global/local. In: Wesley-Smith, T.; Gloss, J. (eds.). *Remaking area studies: Teaching and learning across Asia and the Pacific*. Manoa: University of Hawai'i Press, 2010, p.24-40.
- Spykman, Nicholas. *Geography of the Peace*, Harcourt: Brace, 1994.
- Tambiah, Stanley Jeyaraja. O regime galáctico no Sudeste Asiático. In: Tambiah, Stanley Jeyaraja. *Cultura, Pensamento e Ação Social*. Petrópolis; Vozes, 2018.
- Tyner, James A. *America's strategy in Southeast Asia: From the Cold War to the War on Terror*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2007.
- Watanabbe, Marta. Ásia ganha espaço e absorve metade da exportação brasileira. *Valor Econômico*, 23/10/2020.
- van Schendel, Willem; Abraham, Itty (eds.). *Illicit Flows and Criminal Things: States, Borders, and the Other Side of Globalization*. Bloomington: Indiana University Press, 2005.
- van Schendel, Willem; Baud, Michel. Toward a Comparative History of Borderlands. *Journal of World History*, v. 8, n. 2, 1997, p. 211-242.
- van Schendel, Willem. *Three Deltas: Accumulation and Poverty in Rural Burma, Bengal and South India*. New Delhi: Sage Publications, 1991.
- van Schendel, Willem (2004). *The Bengal Borderland: Beyond State and Nation in South Asia*. New York: Anthem Press, 2004.
- van Schendel, Willem. Southeast Asia: An idea whose time is past? *Bijdragen tot de Taal-Land-en Volkenkunde*, v. 168, n. 4, 2021, p. 497-510.
- Veloso, Rafael Alonso (2017). Relações Brasil-Sudeste Asiático/ASEAN. In: Barbosa, Pedro Henrique Batista (org.). *Os desafios e oportunidades na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017.
- Wallace, Alfred. *The Malay Archipelago*, Singapore: Periplus Editions, s/d [1869].
- Wallerstein, Immanuel. The unintended consequences of Cold War Area Studies. In: Chomsky, Noam (ed.). *The Cold War and the University*. New York: The New Press, 1997.
- Wheeler, James. Notes on the rise of the Area Studies in U.S. Geography, 1910- 1929. *Professional Geographer*, v. 38, n. 1, 1986, p. 53-61.

NOTAS

1. Poder-se-ia fazer uma genealogia mais recuada dos estudos de área, o que não é a proposta deste texto. Mas a ideia remonta à tradição científica alemã e seu conceito de "áreas culturais" ou *Kulturkreise*, noção popularizada por pensadores como Leo Frobenius, Friedrich Ratzel e Franz Boas, e que foi apropriado por diferentes ramos das ciências sociais e humanas nos EUA.
2. De modo interessante Neil Smith contrastou a fraqueza da geografia norte-americana do pós-guerra com o papel central desempenhado pelas sociedades coloniais de geografia na construção do conhecimento europeu na era os impérios. "Pode-se argumentar que os estudos de área surgiram nos Estados Unidos em parte devido à fraqueza da geografia acadêmica daquele país na década de 1940. A necessidade instrumental de conhecimento do mundo do pós-guerra, que em grande parte impulsionou a fundação de estudos de área, foi mal atendida pela geografia dos EUA" (Smith, 2010: 24).

3. Sobre o impacto regional destas transformações mais amplas em Zomia, Jean Michaud conta que “a maioria das populações das terras altas ainda vive e trabalha no campo e é muito menos afetada diretamente pela migração das terras baixas, seja de pessoas, tecnologias ou ideias. Como consequência, as zonas altas ainda são em grande parte etnicamente distintas das terras baixas e diversas etnias persistirão na região por muitos anos. Resta ver se a fuga, o refúgio e a resistência à assimilação continuarão no topo da agenda” (Michaud, 2010: 214).

4. A importância desta caracterização “tropical” do Sudeste Asiático esteve presente também na criação das duas mais importantes revistas anglófonas de geografia acadêmica da região: o *Singapore Journal of Tropical Geography*, fundado em 1953, e o *Asian Geographer*, criado em 1969 e hospedado na *Hong Kong Geographical Association*. É verdade que ambas revistas estiveram vinculadas à metropolitana *Royal Geographic Society* de Londres, mas hoje a produção do conhecimento geográfico em Ásia tem, cada vez mais ganhado autonomia em relação à tradição imperial anglo-americana. A primeira Conferência Asiática de Geografia ocorreu apenas em 2015, na cidade de Shanghai, enquanto uma novíssima Associação Asiática de Geografia seria estabelecida mais recentemente, em 2018, na quarta Conferência Asiática em Guangzhou.

5. Durante a Segunda Guerra Mundial, a aliança anglo-americana enquadrava o Sudeste Asiático como um teatro de operações crucial no combate e na contenção do império japonês. Este, ameaçava transbordar a Bacia do Pacífico para novas posições no Oceano Índico (Tyner, 2007). Sobre isso, vale lembrar a posição estratégica do Sudeste Asiático na *rimland* de Nicholas Spykman (1944). Por outro lado, ainda que a ideia de uma “latinidade americana” fosse defendida desde meados do século XIX, a institucionalização e profissionalização dos *Latin American Studies* ganhou força depois, sobretudo na passagem para a década de 1960, como decorrência imediata da Revolução Cubana e a transformação da América Latina numa área de prioridade norte-americana no contexto da Guerra Fria (Feres, 2003).

6. Da perspectiva inversa, o Brasil é comumente visto, pela ASEAN, dentro de uma aproximação regional, no contexto maior das relações com a América Latina ou com o Mercosul. Além disso, “um dos temas que mais despertam a atenção dos países da ASEAN em relação ao Brasil são as políticas de redução da pobreza, o que impulsionou o envio ao Brasil de diversas missões oficiais na área.” (Veloso, 2017: 254)

RESUMOS

O texto apresenta e contextualiza o artigo traduzido para o português, *Geografias do Saber, Geografias da Ignorância: saltando escalas no Sudeste Asiático*, que incorpora uma abordagem macroscópica e original, desafiando a formação e os pressupostos dos “estudos de área” e também dos “estudos asiáticos”: o primeiro, uma tradição universitária anglo-americana com pouca penetração na academia brasileira; e o segundo, um campo de especialização regional que apenas mais recentemente passou a ganhar maior espaço nos cursos de ciências sociais e humanas e nos programas de pesquisa latino-americanos, mas que ainda recebe pouquíssima atenção nas revistas e nos departamentos brasileiros de geografia. Particular atenção é dada ao Sudeste Asiático como uma área de estudo, considerando sua construção, seus limites e suas escalas. Mas qual poderia ser o interesse do público brasileiro numa região geograficamente tão distante e distinta? Quais debates acadêmicos foram suscitados a partir do artigo traduzido? E, afinal, o que são os *area studies* e qual sua relação com a geografia? Nesta introdução busco responder estas três questões.

The text presents and contextualizes the article translated to portuguese, *Geographies of Knowing, Geographies of Ignorance: jumping scales in Southeast Asia*, which incorporates a macroscopic and original approach, challenging the formation and assumptions of Area Studies and also of Asian Studies: the first, an Anglo-American university tradition with little penetration in the Brazilian academy; and the second, a regional specialization field that only recently has gained more space in social sciences and humanities courses and in Latin American research programs, but which still receives very little attention in geography Brazilian journal and departments. Particular attention is given to Southeast Asia as a study area, considering its construction, limits and scales. But what could be the interest of the Brazilian public in a geographically so distant and distinct region? Which academic debates were raised from the translated article? And, after all, what are the area studies and what is their relationship with geography? In this introduction I try to answer these three questions.

Le texte présente et contextualise l'article traduit en portugais, *Géographies du savoir, Géographies de l'ignorance: sauter des échelles en Asie du Sud-Est*, qui intègre une approche macroscopique et originale, remettant en cause la formation et les hypothèses des «*area studies*» et aussi des «*études asiatiques*»: le premier, une tradition universitaire anglo-américaine avec peu de pénétration dans l'académie brésilienne; et le second, un domaine de spécialisation régionale qui a récemment gagné plus d'espace dans les cours de sciences sociales et humaines et dans les programmes de recherche du Pays d'Amérique latine, mais qui reçoit encore très peu d'attention dans les magazines et les départements de géographie brésiliens. Une attention particulière est accordée à l'Asie du Sud-Est en tant que région d'étude, compte tenu de sa construction, de ses limites et de ses échelles. Mais quel pourrait être l'intérêt du public brésilien pour une région géographiquement si éloignée et si distincte? Quels débats académiques ont été soulevés à partir de l'article traduit? Et, après tout, que sont les *area studies* et quelle est leur relation avec la géographie? Dans cette introduction, j'essaie de répondre à ces trois questions.

El texto presenta y contextualiza el artículo traducido al portugués, *Geografías del saber, Geografías de la ignorancia: saltando escalas en el sudeste asiático*, que incorpora un enfoque macroscópico y original, desafiando la formación y supuestos de "estudios de área" y también de "estudios asiático": el primero, una tradición universitaria angloamericana con poca penetración en la academia brasileña, y el segundo, un campo de especialización regional que sólo recientemente ha ganado más espacio en los cursos y programas de investigación en ciencias sociales y humanidades de América Latina, pero que todavía recibe muy poca atención en las revistas y departamentos de geografía brasileños. Se presta especial atención al Sudeste Asiático como área de estudio, considerando su construcción, sus límites y sus escalas. Pero, ¿cuál podría ser el interés del público brasileño en una región geográficamente tan distante y distinta? ¿Qué debates académicos surgieron del artículo traducido? Y, después de todo, ¿qué son los estudios de área y cuál es su relación con la geografía? En esta introducción trato de responder estas tres preguntas.

ÍNDICE

Índice cronológico: Século XX

Mots-clés: Area Studies, géographie, Zomia, Asie du Sud-Est, Amérique du Sud

Palavras-chave: estudos de área, geografia, Zomia, Sudeste Asiático, América do Sul

Palabras claves: estudios de área, geografía, Zomia, Sudeste de Asia, América del Sur

Índice geográfico: Sudeste da Ásia

Keywords: area studies, geography, Zomia, Southeast Asia, South America

AUTOR

DANIEL DE LUCCA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, BA, Brasil. Grupo Órbita - Observatório das Relações Internacionais. E-mail: dandelucca@unilab.edu.br